

POR UM PROJETO NÃO SUBJETIVO DE LEITURA

André Luiz Gaspari Madureira¹

Resumo: Neste trabalho tem-se como objetivo analisar o projeto de uma teoria não subjetiva de leitura, empreendido por M. Pêcheux, mediante o desenvolvimento da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD). Para isso, vê-se como relevante compreender as doutrinas do pensamento filosófico-linguístico que à AD subjazem, no sentido de perceber as condições a partir das quais tal projeto é fomentado. Assim, serão apreciados, por um lado, os movimentos concernentes ao subjetivismo idealista, que põem em destaque questões relativas ao psiquismo individual, possibilitando, dessa maneira, refletir sobre a teoria de unicidade do sujeito. Por outro, o objetivismo abstrato receberá atenção, com ênfase no estruturalismo. À abordagem de pontos característicos das correntes filosóficas em questão, bem como das Ciências Sociais, segue-se uma série de críticas necessárias para a constituição da AD. Por fim, propõe-se uma forma de aplicação do projeto não subjetivo de leitura mediante a análise de um texto fabular.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso. Objetivismo abstrato. Subjetivismo idealista.

Abstract: This work aims to analyze a theory project not subjective to reading, developed by M. Pêcheux, considering the development of Discourse Analysis under French focus (from now on DA). For that, the doctrine of a linguistic-philosophical thinking on DA must be understood in order to realize conditions from which this project is boosted. Hence, on one hand, the idealistic subjectivism movements, which point out facts of individual psychism giving way to reflection on uniqueness theory of an individual, will be analyzed. On the other hand, the abstract objectivism will receive attention focusing on structuralism. A series of criticism concerning the approach of certain features of philosophical theories as well as Social Sciences will be unfolded so as to build up a DA. Yet, it proposes an application of a non-subjective reading project by means of the analysis of a fabled text.

Keywords: Discourse Analysis. Discourse. Abstract objectivism. Idealistic Subjectivism.

1 INTRODUÇÃO

Dos estudos filosóficos aos científicos, das concepções formais às funcionais, a linguagem sempre ocupou (e ainda ocupa) um denso ambiente de reflexão, constituído por diversos movimentos de análise, pautados nas distintas nuances que a caracterizam. Essa dinâmica marca a necessidade de operar em recortes, dada a

¹ Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), Prof. Especialista em Estudos Linguísticos e Literários, Mestre e Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos da Análise do Discurso (NEAD). Email: almadureira@ig.com.br

impossibilidade de conceber uma análise que dê conta de contornar todo esse objeto de estudo.

Apesar disso, àqueles que se lançam no desafio de refletir sobre a linguagem, uma questão fundamental tende a permanecer: a da interpretação. Seja na atividade do pesquisador, ao observar os dados, seja na dinâmica da própria análise, não se pode ficar indiferente ao ato de interpretar. Na relação dialógica entre interlocutores, este ato sempre estará presente para a constituição dos efeitos de sentido.

Por esse caminho, chega-se a um quesito que neste trabalho surge como central, justamente por ser alvo constante de elucubrações, e que implica, para sua observação, considerar certos aspectos voltados à interpretação. Desse modo, tem-se como objeto central referido a **leitura**, que aqui é pensada mediante o arcabouço teórico da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), fundamentada pelo filósofo Michel Pêcheux, responsável por vislumbrar “um projeto de teoria não subjetiva da leitura” (POSSENTI, 2009, p. 9).

Para começar a identificar o projeto pecheutiano, no entanto, torna-se necessário salientar seu afastamento relativo a outros lugares teórico-investigativos da linguagem. Ao elucidar tais cortes, fica possível compreender sua relevância para os estudos da linguagem, assim como a pertinência voltada a uma proposta de leitura que tem por base instituir relações de materialidade.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao pensar a língua e o sujeito, Pêcheux direciona sua conceituação distante da pertinente ao subjetivismo idealista, para o qual a língua é tida como um produto da ação subjetiva. O sujeito, pelo plano idealista, surge como individual, seguindo uma tradição tida há muito como inconteste, que considera a unicidade do sujeito, ao analisar, segundo Bakhtin (1988), o fundamento da língua tomando como base a criação individual, pautada na observação dos atos de fala. Para caracterizar essa orientação, remetendo ao estatuto da língua, Bakhtin (1988, p. 72) o faz da seguinte maneira:

1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“energia”), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.
2. As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual.

3. A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística.
4. A língua, enquanto produto acabado (“*ergon*”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética) apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado.

Para essa orientação, “o psiquismo individual constitui a fonte da língua” (BAKHTIN, 1988, p. 72), cabendo ao linguista a tarefa de estudar suas leis. O que se torna preponderante, por sua vez, é o ato individual da fala, que confere à língua um processo de evolução ininterrupta, possível pelas leis da psicologia individual. Estudar essas leis seria, na presente perspectiva, a tarefa dos estudos linguísticos, estando estes condicionados a lidar com seu objeto mediante uma orientação diacrônica, histórica, na qual prevalece o caráter instável e movente da linguagem cuja responsabilidade se imputa a essas leis.

Ao compreender o ato individual como o interesse elementar dos estudos da linguagem, a dinâmica da evolução da língua volta-se aos movimentos estilísticos, o que confere ao sujeito um caráter fundamental na constituição do sentido. Dessa maneira, como as explicações sobre os fatos da língua tocam necessariamente em considerações psicológicas, o sujeito passa a se apresentar como criador das relações linguísticas, sendo, portanto, a fonte significativa de sua realidade. Como criação artística, a língua significa mediante a orientação ideológica manifestada pelo sujeito, no ato interno da enunciação, que o caracteriza como psicológico na medida em que é a fonte de seu dizer.

Se, por um lado, o psiquismo individual marca o subjetivismo idealista, imprimindo um caráter idealista ao próprio sujeito, por outro, uma vez que é posto como fonte do sentido, concebe a linguagem como produto da criação artístico-individual, o que pressupõe o efeito de sua transparência. Ao vislumbrar a possibilidade de deduzir o espório ideológico do psiquismo individual, põe-se a considerar o monologismo enunciativo como ponto de partida, descartando a relação dialógica no desenvolvimento social da interação verbal (cf. BAKHTIN, 1988, p. 122).

Esse ponto de vista é criticado por Bakhtin (1988, p. 121) para quem “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior”. Dessa maneira, defende a tese de que tal centro organizador se encontra no meio social, aspirando, assim, a uma perspectiva dialógica da linguagem. A língua, nesse sentido, é

o signo ideológico por excelência, cuja existência se fundamenta nas necessidades comunicativas presentes no meio social.

Em contrapartida, Bakhtin (1988, p. 82-83) apresenta outras proposições que figuram como o oposto das salientadas no subjetivismo idealista, marcando o direcionamento assimilado pelo objetivismo abstrato:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos e outros). Não se encontra, na base dos fatos linguísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais da fala constituem, do ponto de vista da língua; simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais da fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos a si.

Percebe-se, nessa orientação, a ausência da historicidade, salientada pelos estudos sincrônicos. A escola do objetivismo abstrato mais conhecida pelos linguistas realmente é a estruturalista, pautada nos fundamentos de Ferdinand de Saussure (cf. SAUSSURE, 2003), para quem o signo linguístico é composto pelo significante (imagem acústica) e significado (conceito), que são de ordem psíquica.

A partir dessa orientação, estudos de semântica estrutural começaram a surgir, marcados pela tendência de apresentar os traços semânticos referentes aos léxicos. Esses estudos apresentaram-se bastante limitados para Pêcheux que não via possibilidade do método classificatório em outras realidades, como nas das relações de classe. Sobre isso, desfere este comentário: “Gozado como a máquina de classificar de repente se enrola...” (PÊCHEUX, 1995, p. 31).

Além disso, novamente se percebe, mediante a relação entre significante e significado, a evidência de transparência da linguagem, dada a tarefa de tentar estabelecer campos semânticos para as palavras, sem que estejam inseridas em um determinado contexto. Nessa prática, busca-se apresentar uma série de valores

significativos aos léxicos, como se à palavra preexistissem traços significativos, o que vai de encontro aos princípios da AD, para a qual uma palavra não possui um sentido a priori, mas sim ao estabelecer relação com uma dada formação discursiva (FD).

Se na Linguística Estrutural o signo é concebido mediante o vínculo existente entre significante e significado, compreendendo um envolvimento indissociável, na Análise do Discurso esse quadro sofre relevantes alterações em prol da constituição de uma perspectiva discursiva. Pêcheux (1995, p. 262) recorre à releitura lacaniana sobre a teoria psicanalítica Freudiana acerca das representações de coisa e de palavra, descrita desta maneira:

Ora, o que o desenvolvimento lacaniano da teoria psicanalítica nos ensina sobre esse ponto é que essa divisão se dá no elemento do Significante que não é, como tal, nem “representação de palavra” nem “representação de coisa”: diferentemente do signo que “representa alguma coisa para alguém” (...).

O significante, que não é o signo, e, como tal, não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido. Nessas condições, o sentido não poderia ser a “propriedade” da literalidade significante (que, nesse caso, seria invencivelmente reduzida ao signo); ele é o efeito de uma relação no elemento do Significante, na relação que J. Lacan designou como metáfora.

Diante do efeito metafórico do sentido, a Análise do Discurso se fundamenta no ideal de desvinculamento significativo do significante para o qual o sentido não se impõe de forma intrínseca, mas segundo determinações materiais, presentes em dadas FD's. É por conta do efeito metafórico que se pode afirmar que uma expressão, por exemplo, não possui um sentido inerente, literal, o que faz da literalidade a impressão do sentido “já-lá” por conta da ilusão da transparência da linguagem que acomete o sujeito (sendo este um acometimento necessário para o reconhecimento dos efeitos de sentido).

Assim, por um lado, Pêcheux questiona as Ciências Sociais pela transparência da linguagem, caracterizadora de uma noção de sujeito idealista, dono de seu dizer, que tem a linguagem como representação do seu pensamento. Por outro, interroga a Linguística pela exclusão da historicidade, ocorrida devido à constituição de fundamentos pautados na imanência da língua, os quais, por sua vez, marcam os princípios do estruturalismo linguístico.

O deslocamento proveniente das inquietações pecheutianas proporciona, para a filosofia da linguagem, o estabelecimento de um projeto de leitura pautado em

materialidades. A partir daí, concebem-se o sujeito e a linguagem de forma diferente das apresentadas nas duas orientações filosóficas abordadas.

Nesse âmbito, o que se vê é um sujeito (que, em relação ao estruturalismo, é resgatado para compor os estudos da AD) emergindo sob o rótulo de “forma-sujeito”, vez que o elemento característico a ser considerado não é o da subjetividade (presente em visões pragmáticas da linguagem), e sim o sócio-histórico. Esse recorte o faz ser assimilado a lugares sociais, posições ocupadas na arquitetura da sociedade, não propriamente um sujeito empírico.

Quanto à linguagem, esta passa a ser vista como lugar de materialização discursiva, demarcação que exclui a posição oriunda do subjetivismo idealista, assim como a do objetivismo abstrato. Isso porque, em relação àquele, não se trata de conceber a subjetividade como ponto de construção, e a este se resgata a historicidade, mas de um plano de análise não propriamente diacrônico, e sim sócio-discursivo.

É justamente por esse ponto de vista, pautado em materialidades, que se tem a oportunidade de vislumbrar, em um projeto de não subjetividade, o estabelecimento de um plano de leitura menos ingênuo. Dessa maneira, não se trata, em um momento, de tentar identificar a intenção do sujeito pragmático (o que proporcionaria uma constante incerteza pautada ora na ausência da perspectiva desse sujeito, ora na veracidade de sua afirmação). Também, em outro, não cabe instituir a possibilidade de existência de quaisquer tipos de leitura, visto que deverão estar ancoradas em materialidades discursivas, lugares de materialização ideológica, pautadas na realidade socio-histórica.

É dessa perspectiva que aqui se irá proceder a uma proposta de análise, no intuito de propor um método para a aplicação da AD passível de ter implicações positivas, mas sempre propício a receber contribuições e melhoramentos.

3 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise, foi escolhida a fábula de Millôr Fernandes (1999, p. 47) abaixo relacionada, presente na obra **Fábulas Fabulosas**, publicada em 1963.

O caracol e a pitanga

Há dois dias o caracol galgava lentamente o tronco da pitangueira, subindo e parando, parando e subindo. Quarenta e oito horas de esforço tranquilo, de caminhar quase filosófico. De repente, enquanto ele fazia mais um movimento para avançar, desceu pelo tronco,

apressadamente, no seu passo fustigado e ágil, uma formiga maluca, dessas que vão e vêm mais rápidas que coelho de desenho animado. Parou um instantinho, olhou zombeteira o caracol e disse: “Volta, volta, velho! Que é que você vai fazer lá em cima? Não é tempo de pitanga.” “Vou indo, vou indo” – respondeu calmamente o caracol. – “Quando eu chegar lá em cima vai ser tempo de pitanga.”

MORAL: NO BRASIL NÃO HÁ PRESSA!

Ao julgar a possibilidade de realizar a leitura desse texto, concebendo-o como ocorrência linguística que se resume em si mesma, talvez se chegasse, a partir de diferentes formas metodológicas, a um posicionamento em comum acerca das marcas de sua literalidade². Dessa maneira, a identificação da trajetória do caracol, interrompida em um determinado momento pelo “passo fustigado e ágil” da formiga, bem como a explicação que dá a ela a respeito do valor de sua plácida jornada marcariam a característica lúdica da narrativa, sem risco de possíveis inverossimilhanças provenientes da humanização de seres biologicamente irracionais. Quanto a isso, um clássico argumento, que demarca a conceituação deste gênero, já resolveria essa questão: o de a fábula ter como predicado a condição de proporcionar a ocorrência de narrativas caracterizadas pelo teor fantástico, criadoras de um universo imaginário no qual os animais e outros seres irracionais se valem do poder de expressão por meio da linguagem humana.

Essa perspectiva, apesar de, provisoriamente, apresentar argumentos que justifiquem a leitura da literalidade, ao ser exclusivamente mobilizada incorre em pelo menos dois equívocos: o primeiro é o de julgar que nas palavras realmente há transparência, o que limita a análise a descrições, por um lado, reducionistas em relação à dimensão significativa da fábula e, por outro, redundantes se se pensar apenas em sua constituição narrativa.

Sobre o primeiro equívoco, um dos princípios da AD é o de considerar a opacidade da linguagem e, com isso, conceber a inviabilidade de, mediante uma análise de texto pautada na imanência linguística, poder alcançar o nível discursivo (cf. PÊCHEUX, 1997, p. 78-79). Tal análise pressupõe, como requisito básico, o estabelecimento de posições discursivas, possíveis devido à existência de condições de

² O sentido literal é aqui sinalizado pela observação da estória que marca a narrativa. Isso não isenta a problemática existente em atribuir um único sentido à literalidade, sem refletir sobre possíveis relações contextuais. No entanto, apesar de compreender a importância de se discutirem a variação do sentido literal e as concepções equivocadas a respeito de sua noção (cf. POSSENTI, 2002), por força do propósito dessa análise, que situa sua prioridade, essa questão permanecerá silenciada.

produção a que se relacionam. Tais condições, por sua vez, se caracterizam por remeter a contextos sócio-históricos e ideológicos, i.e., a elementos externos à língua.

Já o segundo remete às categorizações da semântica estrutural em que os semanticistas, como sinaliza Pêcheux (1995, p. 30), se valem “de classificações dicotômicas do tipo abstrato/concreto, animado/não animado, humano/não humano” para sistematizar os significados das palavras. Propor, para a fábula, uma análise que transite por esse caminho significa abordá-la compreendendo-a em uma circularidade que permeia a afirmação do óbvio ou, mais especificamente, que remete a observações à La Palice³. A abordagem desses traços, por mais redundantes que se apresentem, é, de certa maneira, compreensível enquanto leitura de marcas formais, exclusivamente linguísticas. No entanto, não consegue dar conta quando o propósito é o de identificar relações mais complexas, que sinalizam a necessidade de remeter a questões sociais, históricas, ideológicas, como é o caso do gênero fabular.

Além desses, um outro equívoco ainda se impõe: o da própria existência da literalidade. Pêcheux (1995, p. 262), ao apreciar a posição lacaniana acerca da metáfora, designada como a presença de uma palavra em lugar de outra, posiciona-se diante da ideia de que não há sentido literal, de que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade”. O que se percebe diante da designação desse “efeito metafórico” é a inexistência da literalidade pela impossibilidade de uma palavra (ou expressão ou proposição) ter um sentido sem estar inscrita em uma determinada FD. Diante da noção de metáfora, o sentido tido como “literal” da fábula na verdade é um efeito da impressão da transparência da linguagem, efeito que é necessário e estruturante para a constituição dos sentidos.

Pelo resgate da memória discursiva, observa-se, no corpus, a presença de uma constituição discursiva que põe em cena saberes relacionados ao gênero em que se apresenta. São esses saberes, retomados pela noção de pré-construído, que regulam a leitura feita a partir de determinados lugares sociais, ancorada por condições histórico-ideológicas, e que “ressignificam” em um outro contexto. Essa dinâmica ratifica a condição interdiscursiva dos dizeres, marcada pela dinâmica de relações discursivas que se repetem e se renovam.

³ Qualquer semelhança entre o jogo de palavras e os títulos da obra de Michel Pêcheux (1995), respectivamente, traduzido para o português e em francês, definitivamente não é mera coincidência.

Uma das questões recorrentes em fábulas é a de apresentar preceitos tidos como universais, muitas vezes caracterizando-as como verdadeiros Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) (sobre os AIE, cf. Althusser, 2003). Tais preceitos por vezes se materializam em construções linguísticas tipificadas que, por isso, permitem a identificação do gênero ao qual remetem, integrando-se não raro ao senso comum da sociedade. Boa parte dessas expressões tipificadas se encontra, por sua vez, no gênero de ditos populares, os quais, como sinaliza Cascudo (1983, p.602-603), possivelmente deram origem às fábulas. Essa constituição pode ser explicada a partir da identificação do processo de assimilação (cf. MARCUSCHI, 2007), o qual consiste em ter, na composição dos gêneros, uma ancoragem em bases genéricas anteriores. Tomando-se esse processo como base, ao considerar a tese segundo a qual sua constituição genérico-fabular se origina do alargamento de ditos populares, tomando-os como ancoragem para tal ocorrência, tem-se a possibilidade de, mediante o contexto social, identificar esses traços evidenciadores de uma perspectiva discursiva que integra as condições de existência do dizer.

Pela observação da estrutura narrativa da fábula, na qual o fragmento linguístico que precede o epimítio é o discurso direto do caracol, que em um primeiro momento se coaduna com a moral, institui-se um resgate, a partir da memória discursiva, dos adágios populares que valorizam a paciência, tais como: “Quem corre cansa, quem espera alcança” ou “Devagar se chega longe”. Neles se instaura uma representação do imaginário social sobre o valor da paciência, em detrimento do efeito improdutivo da pressa.

Uma das implicações desse viés discursivo, já que “no Brasil não há pressa”, é o de considerar as conquistas referentes aos lentos passos do caracol, que aqui é tido como a figurativização da nação brasileira. Outra, a presença de pausas entre os êxitos obtidos. Esta é demarcada por uma perspectiva discursiva que suscita certa acomodação diante do que foi obtido na época, geralmente a duras penas. Já aquela salienta que os passos do caracol evidenciam um período passível de ser tido como o mais promissor na sociedade brasileira.

Relatando fatos históricos da referida época, SANTOS (1998, p.13-14) revela, muitas vezes de forma literária, a atmosfera positiva que irradiava aquele momento, mais precisamente o ano de 1958, principalmente aos olhos de Millôr Fernandes, e em um trecho retrata esse sentimento da seguinte maneira:

Não é um daqueles casos típicos da nostalgia de Millôr Fernandes, aquela em que se quer voltar saudoso para um lugar que nunca existiu. 1958, por toda a sua delicadeza em administrar a passagem sem traumas de um país para outro, existiu de fato – e o próprio Millôr está aqui para lhe tornar públicas as glórias. Primeiro com suas próprias pérolas aos porcos no Emmanuel Vão Gogo de O Cruzeiro (“Enquanto este bonde não chegar ao fim da linha eu não desmonto do elefante”); depois pelas raquetadas em dupla com o irmão Hélio, fundando o frescobol nas praias do Rio. Foi um ano em que o Brasil olhou no olho do Brasil e, ao contrário das outras vezes, não fingiu, envergonhado, que nunca o tinha visto mais magro. O corpo era o mesmo, cheio de problemas de saúde (...). Mas, pela primeira vez, vestíamos uma camisa de náilon.

Ao analisar a década de 50, pode-se entender os passos do Brasil no processo de desenvolvimento. Isso porque a década de 50 “prenuncia as mudanças de comportamento e valores que irão marcar os anos 60” (cf. RODRIGUES, 1994, p.13). Várias mudanças ocorrem nesse período, impulsionadas por conquistas e reivindicações de direitos, como, por exemplo, a participação da mulher na sociedade, fato que marca a modificação principalmente nas relações familiares. Diante de tal questão, a qual salienta a mudança de comportamento social, Rodrigues (1994, p.13) reitera: “A crescente participação da mulher nas várias atividades e a sua emancipação sexual – possível depois da invenção da pílula anticoncepcional, em 1954 – influíram nas relações familiares, criando novos parâmetros para seu estabelecimento”.

Apesar disso, é preciso considerar, também, o lugar social de onde a fábula é produzida, qual a FD que regula, de tal perspectiva, o que pode e deve ser dito, segundo as relações presentes na Formação Ideológica (FI) a que essa FD se vincula. Nesse sentido, dadas as condições de produção, sabendo-se da posição artístico-filosófica que interpela ideologicamente a forma-sujeito, marcada por uma perspectiva discursiva que tem por característica ir de encontro a posicionamentos estabilizados, propõe-se o estabelecimento de uma outra leitura.

Desse modo, a instauração do discurso que marca o imaginário popular se faz presente para que a este seja apresentada, em posição de confronto, uma perspectiva discursiva mobilizada a serviço da desconstrução. Nessa leitura, tais vitórias não bastam, visto que, pela referência demarcadora da distância entre anseios e conquistas, se evidencia a inviabilidade de, nesse ritmo, o caracol alcançar as pitangas, de o Brasil se tornar um país verdadeiramente democrático.

Na realidade, a ausência de pressa (representada pela atitude de um velho caracol), no plano discursivo pode ser pensada enquanto ausência de proatividade perante a velocidade de um mundo que a cada dia se moderniza cada vez mais, responsável pelo estado retrógrado do país perante outras nações. Esse posicionamento, por sua vez, gera contradições no plano social, estabelecendo, junto ao domínio institucional, relações de confronto entre perspectivas discursivas.

Dessa maneira, ao analisar o contexto sócio-histórico da sociedade brasileira da época, percebe-se que a distância entre a realidade social e as leis provoca, mediante a dominação política, a lentidão no desenvolvimento nacional em diversos campos. A consequência provocada pela referida distância também se explica pelo regime político presente na história do Brasil, o qual propicia a presença do Estado se sobrepondo às leis que determinam os direitos e deveres da população. Diante disso, Rezende (1994, p.43-44) salienta:

Se retomarmos um pouco o Estado Novo e a Constituição de 1937, verificaremos que não basta apenas ater-nos ao texto da lei, como se isso consagrasse, na prática, um projeto democrático-burguês da classe dominante brasileira. O artigo 120 dessa constituição “garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no país” as mais autênticas liberdades democráticas – liberdade religiosa e de associação, direito de representação etc. –, quando sabemos que o regime político que se estabeleceu nesse período justificou a presença sufocante do Estado.

Dessa forma, o cerceamento de direitos dificulta o desenvolvimento em uma sociedade que tende a se modernizar e a passar pelo processo de industrialização, propiciando, assim, o ritmo lento e fastigioso do desenvolvimento social brasileiro.

Como a formiga imprime um ritmo acelerado, é possível pensar no vigor da juventude, o que remete a uma postura ativa diante da situação em que estão. Os dois na pitangueira, no mesmo local, sob as mesmas condições, imprimem um ritmo diferente. Considerando-se o referido contexto, instaura-se como efeito de sentido a relação existente entre o Brasil e os Estados Unidos. Ambos os países colonizados, o Brasil por Portugal e os Estados Unidos pela Inglaterra, com destinos diferentes. Ao tomar o caracol como “velho”, é possível relacioná-lo ao Brasil. Isso porque, como salienta Agostini (1997, p.22), “a primeira colônia inglesa só foi estabelecida em 1607, na Virgínia, 115 anos depois da descoberta do novo continente e 75 anos após a fundação da primeira vila brasileira, São Vicente, em 1532”. Os Estados Unidos,

diferente do Brasil, se transformaram em uma grande potência desenvolvida, financeiramente autônoma.

Na fábula, considerando-se o contexto sócio-histórico, já se prenuncia, numa relação interdiscursiva, a tendência de constituição de uma sociedade pós-moderna, marcada pela velocidade dos acontecimentos, pela necessidade de imprimir um ritmo não fastigioso para se consolidar socioeconomicamente. A velocidade que começa a reger o mundo, acaba guinando-o ao patamar de “aldeia global”, como descreve Guareschi (1991, p. 20):

Vivemos um ritmo de tempo e de vida extremamente rápido, acelerado. Numa cidade regular, uma pessoa recebe, hoje, de 2 a 3 mil informações por dia; nas grandes megalópoles, esse número chega a mais de 10 mil informações diárias. Quem visita um shopping center, depara-se com 100 a 200 mil produtos diferentes. Os produtos habituais de consumo duma cidade moderna chegam a mais ou menos 50 mil e se renovam de 5 em 5 anos. A voz do rádio e da televisão é ouvida pela tribo humana da “aldeia global”.

No entanto, há um preço a ser pago, sob forma de lutas de classe, pelo desenvolvimento social mediante a velocidade a ser instituída, referente à possível mudança na estrutura social. Os próprios interesses da posição dominante propiciam uma relação tensa no ambiente social. A exemplo disso, têm-se os constantes conflitos na relação patrão/empregado durante o processo de industrialização, o que deu origem a inúmeras greves e a vários conflitos entre classes nesse período. Em um ambiente no qual as informações são submetidas ao crivo da censura, não se torna uma tarefa simples a de propagar preceitos revolucionários que impulsionassem as pessoas a reivindicar direitos, a modificar sua posição, podendo reestruturar, dessa forma, as posições de classe.

A moral, marcando o Brasil como local onde não se tem pressa, faz com que, diante do processo discursivo, caracterizado pela relação entre paráfrase e polissemia, a fábula se assemelhe, em um plano de leitura, a um AIE, a partir do qual se proporcionaria a manutenção da arquitetura do espaço social. Isso justifica a possibilidade de esse texto ser publicado, mesmo em um momento sociopolítico cheio de conturbações, marcado por históricos de censura. O presente contexto, dessa maneira, se coaduna com o posicionamento do crítico literário Afrânio Coutinho (cf. 1981, p. 151-152), segundo o qual a fábula se consolida, desde a Antiguidade Clássica, como um método de burlar possíveis comportamentos censórios.

No jogo de sentidos instaurado pelas relações discursivas, percebe-se o teor crítico que permeia a fábula, visto que, na posição de forma-sujeito, se tem uma interpelação ideológica por representações ‘regionais’ dispostas em uma relação de confronto com o sistema sociopolítico até então vigente. É assim que FD’s contrárias ao quadro discursivo do AIE presente na constituição da fábula (quadro este que marca, assim, o lugar e o papel do Outro nas condições de existência do dizer), determinam aquilo que deve e pode ser dito na posição artístico-filosófica dada.

Esse plano de leitura interdiscursivo, então, identifica, segundo peculiaridades sócio-históricas e ideológicas, as relações de confronto entre as perspectivas discursivas presentes na caracterização de determinadas lições proverbiais. Isso possibilita identificar o funcionamento discursivo da fábula e compreender como se torna um dizer que reclama a presença do Outro para, nessas circunstâncias, pautar sua existência nas relações determinantes de confronto. As posições discursivas que se instauram no dizer, portanto, fundamentam a existência de outros efeitos de sentido, os quais não se consolidam como quaisquer justamente por sua ancoragem em FD’s dadas. As materialidades discursivas, com as relações ideológicas que as constituem, encontram espaço de materialização nas estruturas linguísticas. Essa sucessão de espaços de materialidades, na qual se integram domínios linguísticos e discursivos, é o ponto forte do projeto não subjetivo de leitura e que, por seu caráter material, por intermédio da prática de análise, apresenta subsídios para a demarcação das condições de ocorrência de certos efeitos de sentido, e não outros.

Por essas condições se pode perceber que a fábula em análise demarca um espaço discursivo, revelador de efeitos de sentido possíveis de existir se relacionada ao contexto sócio-histórico da época de sua produção. As FD’s, quando deslocadas no espaço interdiscursivo pela inscrição do dizer em um outro contexto, apesar de permanecerem como condições de existência de significação, são reinscritas, mobilizando, nessas condições, deslizamentos de sentido. Daí se questiona em um momento o papel restrito do gênero fabular, por conta de sua aproximação com os ditos populares, de propagar preceitos tidos como universais, vez que não conservam os mesmos efeitos de sentido quando deslocados. Em outro, a propriedade da fábula se relaciona ao mencionado processo de encobrimento a serviço de uma leitura que possibilita à produção se furtar dos efeitos da censura.

A análise, por esse viés, sinaliza que conceber o referido plano de leitura implica situar o contexto em que foi produzida, pontuando-se um momento sócio-histórico. Por isso, as relações discursivas reclamam o estabelecimento de uma leitura que, por seu funcionamento, sugere uma crítica à ausência de pressa tida pelo Brasil (local de sua publicação), servindo de alerta ao próprio povo brasileiro. Na verdade, é preciso de se ter pressa, de se projetar no cenário pós-moderno, marcado pela velocidade de informação, de mudanças constantes, para alcançar um patamar de desenvolvimento e de democracia almejado na época.

Torna-se, portanto, fundamental para o desenvolvimento sócio-democrático uma mudança de atitude. Almeja-se, assim, imprimir um comportamento que abdique de preceitos velhos, antigos, consolidados, para se instituir um posicionamento renovado, atual, próprio a ir de encontro a parâmetros consolidados no intuito de modificar a condição da sociedade brasileira na época em questão.

4 CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos, toma-se como contribuição deste trabalho a sugestão de aplicabilidade do arcabouço teórico da AD, visando operacionalizar uma forma de se vislumbrar um projeto de leitura pautado em materialidades. O ganho, nesse sentido, é a possibilidade que surge de se pensar a leitura de maneira diferente das constantes tentativas de inferir sobre a intencionalidade do sujeito produtor, segundo perspectivas pautadas em uma relação estritamente pragmática de linguagem.

Aliada ao posicionamento discursivo, verifica-se a relevância da presença das condições de possibilidades que marcam a existência do corpus. O contexto social e histórico da metade do século XX se relaciona à figurativização da fábula, propiciando a compreensão de seus efeitos de sentido na medida em que as perspectivas discursivas são evidenciadas. Assim, possibilita-se identificar a maneira a partir da qual a relação interdiscursiva proporciona uma regulação do dizer mediante o confronto discursivo, mobilizando o Outro nessa arena dialógica.

Percebe-se, ainda, como se instaura, mediante a desconstrução do discurso proverbial, o caráter pontuado, não universal, passível de ser identificado na fábula milloriana analisada. Isso sinaliza a necessidade de se começar a interrogar a

peculiaridade conceitual que não raro concebe o gênero fabular como marcado por uma moral de caráter universal.

Nesse sentido, sabendo-se que propor procedimentos metodológicos para a aplicação de elementos da AD, neste trabalho, revela-se como a contribuição mais relevante e, junto a isso, também a compreensão de como o dizer se constitui, essas condições inevitavelmente reclamam uma reflexão: a de pensar a linguagem em sua opacidade, proporcionando, assim, uma prática de leitura cada vez mais proficiente e, em consequência, cada vez menos ingênua a ser adotada.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, João Carlos. **Brasileiro, sim senhor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 9. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1988 [1929].
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Civilização e cultura**. 1. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1983.
- COUTINHO, Afrânio. A censura é inócua. In: KHÉDE, Sonia Salomão. **Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- ESOPO. **Fábulas**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- FERNANDES, Millôr. **Fábulas fabulosas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nordica, [1963] 1999.
- GUARESCHI, Pedrinho A. A realidade da comunicação – visão geral do fenômeno. In: GUARESCHI, Pedrinho A (Coord.). **Comunicação & controle social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991, p. 13-22.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: Definição e funcionalidade**. In: DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 19-36.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F & HAK T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba, PR: Criar Edições, 2002.
- POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1994.

RODRIGUES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. 2.ed. São Paulo:Ática, 1994.

SANTOS, Joaquim Ferreira. **Feliz 1958: o ano que não devia terminar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.